

Antônio Meyer,
Advogado e sócio do Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice

“Parecer sob encomenda”

Por Bruno Blecher

O MAIOR absurdo da paróquia. É assim que Antônio Meyer, sócio do Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice, classifica o recente parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que restringiu a compra de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. O escritório de Meyer representa empresas e fundos estrangeiros que estão investindo alto na compra de terras no Brasil para a produção agrícola.

“Os projetos agora estão parados”, reclama o advogado. Tudo por causa de um parecer que, segundo ele, foi encomendado por razões políticas, para atender a facções que apoiam o governo nestas eleições. “Este parecer não se mantém juridicamente. Se for contestado em um tribunal sério e imparcial, suas conclusões certamente não serão aceitas, prevalecendo os pareceres anteriores da AGU”, acrescenta o advogado. Participou da entrevista o advogado Alexandre Clápis.

AGROANALYSIS O parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), aprovado pelo presidente Lula, restringiu a compra de terras no Brasil por empresas brasileiras controladas por estrangeiras. O limite estabelecido é de 50 módulos, que variam de 250 a 5.000 hectares dependendo da região. Qual é a sua avaliação?

ANTÔNIO MEYER Você precisa considerar vários agentes. A empresa estrangeira e o cidadão estrangeiro pessoa física que reside fora do Brasil não podem comprar terras no Brasil. A empresa estrangeira autorizada a operar no Brasil e o estrangeiro residente no Brasil, para adquirirem

terras aqui, precisam de uma autorização. Eles podem adquirir até 50 módulos. Se quiserem mais, precisam de uma autorização do Ministério da Agricultura. Isso foi estabelecido por uma lei da época do governo militar, a Lei nº 5.709/71. A questão agora é saber se uma empresa brasileira, quando controlada por inves-

tidore estrangeiros, pode comprar terras ou depende de autorização. A Constituição anterior à de 1988 permitia o que a Lei 5.709 estabelecia, com restrições a empresas brasileiras cujo controle fosse estrangeiro. Essas empresas dependiam de autorização para comprar terras. Aí veio a Constituição de 1988, e a ques-



“Eles julgaram que o Brasil está sendo comprado pelos chineses, o que não é verdade”

tão jurídica era saber se a lei anterior [5.709/71] tinha sido recebida ou não. Se houve recepção pelo novo sistema jurídico constitucional ou não.

AGROANALYSIS O que é essa recepção?

MEYER Quando você aprova uma Constituição como a de 1988, elaborada pelo poder constituinte originário, inaugura um novo sistema jurídico. A rigor, tudo o que era passado morre. Mas se isso de fato ocorresse, inúmeras situações ficariam sem nenhuma regulação, porque, até se legislar tudo novamente, é necessário um tempo enorme. Então, o sistema permite que leis anteriores, não incompatíveis com a nova Constituição, passem a valer como leis novas. Elas são recebidas pelo novo sistema jurídico. A questão, portanto, era saber se a Lei 5.709/71 foi recebida ou não. O artigo 1º desta Lei, em seu parágrafo primeiro, diz que a pessoa jurídica brasileira, da qual participem a qualquer título pessoas físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social, residam ou tenham a sede no exterior, depende de autorização para a aquisição de terras acima dos limites fixados. Esta dúvida foi apresentada nos anos 90 ao então Procurador-geral da União, Geraldo Magela Quintão. Pelo parecer do doutor Quintão, quando a Constituição faz a distinção entre empresas brasileiras controladas por brasileiros e empresas brasileiras controladas por acionistas estrangeiros, ela tem um único propósito: conceder benefícios a empresas brasileiras controladas por brasileiros. A Constituição não estabelece esta discriminação por outras razões. A intenção não foi estabelecer limites e restrições, mas tratar diferentemente as empresas brasileiras controladas por brasileiros, que poderiam ter benefícios e vantagens fiscais. Segundo o doutor Quintão, o artigo 1º da Lei 5.709 não foi recepcionado, porque a Constituição de 1988 não permitia este tipo de restrição. A conclusão do parecer foi que o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei

5.709 estaria revogado, uma vez que ele não foi recepcionado pelo novo sistema.

AGROANALYSIS O novo parecer da AGU cita o princípio da soberania e da preservação do controle nacional para defender a restrição à compra de terras brasileiras por estrangeiros ou empresas brasileiras controladas por estrangeiros.

MEYER O parecer cita muita coisa. Esse parecer é um ato político. Sem que eles

“Alguns fundos estavam adquirindo terras no Brasil. São investimentos de longo prazo”

tenham informações e dados a respeito, eles julgaram que o Brasil está sendo comprado pelos chineses, o que não é verdade. Mas eles acham que existe a necessidade de um controle. Como a lei não permite esse controle, eles foram buscar no desespero um instrumento para isso. E a AGU acabou revertendo uma opinião que ela havia dado anteriormente.

AGROANALYSIS Qual é a força do parecer da AGU?

MEYER O parecer da AGU é vinculante para o Poder Executivo. O parecer foi assinado pelo presidente Lula, ou seja, o chefe do Poder Executivo está orientando

todos os seus subordinados que aquela é a opinião que deve ser seguida. Esta é a força do parecer.

ALEXANDRE CLÁPIS O parecer é a interpretação oficial do Poder Executivo sobre a Lei.

AGROANALYSIS Na prática, o que está valendo é a restrição. É isso?

MEYER Os cartórios estão seguindo esta orientação. Antes do parecer, o que prevalecia era a opinião do doutor Geraldo Magela Quintão, segundo a qual o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei 5.709, por não ter sido recebido pela Constituição de 1988, estava revogado. Não havia, portanto, restrição antes do novo parecer. Todas as empresas brasileiras, independentemente de quem as controlassem, podiam comprar terras no Brasil sem autorização. Este foi o sistema vigente até a data da publicação do novo parecer da AGU.

AGROANALYSIS A compra de terras por estrangeiros estava de fato crescendo no Brasil.

ALEXANDRE CLÁPIS Alguns fundos de investimentos estavam adquirindo terras no Brasil. São investimentos de longo prazo. Temos um cliente aqui no escritório, um fundo de pensão americano, que já investiu US\$ 1 bilhão em imóveis rurais. Esse fundo tem o compromisso de manter esse investimento no Brasil por 30 anos. Está investindo no plantio de soja, milho e algodão no Brasil todo. Eles já fizeram compras em São Paulo, estão agora investindo na região do Mapiá [Maranhão, Piauí e Tocantins] e em Mato Grosso. Convém ressaltar que esses fundos têm uma preocupação ambiental muito forte. Não é um investimento extrativista e nem perverso. Este é um dos investimentos que foram afetados pelo novo parecer da AGU.

AGROANALYSIS O novo parecer da AGU paralisou os investimentos estrangeiros no setor rural?



“O que ocorre na prática é que os cartórios não estão passando a escritura”

CLÁPIS Nós estávamos assessorando os chineses em um negócio com terras no oeste da Bahia. Este investimento, no valor de US\$ 400 milhões, está parado.

MEYER O que ocorre na prática é que os cartórios não estão passando a escritura. Os notários têm responsabilidade funcional e, portanto, têm medo de entrar nessa disputa. Eles preferem não fazer, a correr o risco de ter de pagar no futuro uma indenização monstruosa.

AGROANALYSIS Os negócios já realizados estão preservados. O parecer só alcança as novas aquisições, certo?

MEYER Esse parecer é o maior absurdo da paróquia. Esta é a minha análise jurídica desta situação. Esse parecer foi encomendado por razões políticas, para atender a facções que apoiam o governo nestas eleições. Ele não se mantém juridicamente. Se for contestado por um tribunal sério e imparcial, suas conclusões certamente não serão aceitas, prevalecendo os pareceres anteriores da AGU. A jurisprudência dos tribunais confirmavam, na sua imensa maioria, a orientação anterior da AGU assinada pelo dr. Geraldo Quintão. O próprio parecer reconhece expressamente que há opiniões divergentes na AGU. Ele faz citações de juristas que afirmam que só a lei poderia estabelecer

restrições. É o Congresso Nacional, e não a AGU, que tem competência para estabelecer essas restrições. O próprio parecer admite a sua fraqueza, ao reconhecer que é necessária uma lei para regular este assunto. Se o presidente Lula desejava alterar a lei, deveria ter enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei, e não mudar um parecer da AGU. Isso tem uma repercussão séria lá fora e pode, inclusive, prejudicar a imagem do País. Os investidores estrangeiros podem ficar com medo do Brasil. Medo de que as regras do jogo do mercado possam ser alteradas de uma hora para a outra. A imagem do Brasil junto aos investidores estrangeiros sempre foi positiva. A lei de investimentos estrangeiros é muito antiga, de 1963, e até hoje o País mantém a segurança do investidor, que vem aqui, aplica o seu dinheiro, paga o seu imposto e, se quiser, reaplica os lucros ou manda o dinheiro para fora. Isso beneficiou muito o País e o colocou na rota dos grandes investimentos. Agora, se a gente começa a mudar, a repercussão será muito negativa.

AGROANALYSIS O que está por trás desse parecer?

MEYER O parecer menciona o Sr. Rolf Hackbart, então presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Nós sabemos o que o Sr. Hackbart pensa. Para ele, o parecer do Dr. Geraldo Quintão permitiu a ocupação desenfreada de terras brasileiras por estrangeiros. Ele diz que essas aquisições são mascaradas legalmente com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras. Ora, não há nada mascarado. Se você for ao cartório, está lá o nome de todo mundo. Mas, para o Sr. Hackbart, esses negócios podem incentivar a exploração agrícola em áreas de preservação ambiental. Ora, os investidores estrangeiros respeitam as leis ambientais.

AGROANALYSIS O que os investidores estrangeiros pretendem fazer?

MEYER Aqueles que estavam iniciando seus projetos devem esperar para ver o que acontece. Nós vamos ter as eleições e um novo governo. É preciso esperar para ver qual será a orientação do novo governo. Os projetos que não haviam sido iniciados estão parados. Quanto aos projetos que estavam em andamento, nós devemos tomar medidas judiciais para garantir o direito dos investidores. O curioso é que em seu próprio parecer o autor diz o seguinte: “Este parecer terá efeitos limitados e será incapaz de alcançar todas as dimensões do problema”. Dá para entender? ■